

Entrevista sobre a Gestão de Riscos no setor público com o professor Rodrigo Pironti



◀ Entrevista sobre as licitações na Itália com o professor Henrique Savonitti

Entrevista sobre Governança em Compras Públicas com o professor e Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes



Mostrar respostas aninhadas ▼



Entrevista sobre a Gestão de Riscos no setor público com o professor Rodrigo Pironti por Eduardo Paracêncio - terça, 14 Nov 2017, 07:48

(14/11/2017) Entrevista sobre a Gestão de Riscos no setor público com o professor Rodrigo Pironti. As perguntas foram elaboradas pelo professor da Enap Antonio Netto.

1-Priorização é também, definição de agenda. Uma organização que não programa debates, capacitações ou estudos internos para uso da Gestão de Riscos, pode estar de fato, correndo riscos. O que deve ser feito, tanto pela alta administração, quanto por quem está abaixo, para que o tema seja parte da agenda institucional?

Rodrigo: Nos termos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N° 01 ao estabelecer as competências do Comitê de Governança, Riscos e Controles, a alta administração deve promover práticas e princípios; institucionalizar as estruturas de governança e gestão de riscos; promover o desenvolvimento contínuo dos agentes; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões; promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes; promover a integração entre os agentes públicos etc. Ou seja são competências estruturantes da gestão de riscos para garantir a sua efetividade e logo, sua priorização na agenda institucional.

2-“Uma organização que possui chefias autoritárias... que não tem uma comunicação orientada a resultados... que não considera o fator humano no trabalho... e que mais busca procurar culpados do que colaborar e motivar as entregas”. Dado este cenário, como a Gestão de Riscos pode se posicionar com essa questão? Ela consegue ser implantada neste caso ou é preciso ir além?

Rodrigo: Este cenário e justamente o que a gestão de riscos pretende mitigar em uma organização, pois a gestão de riscos considera que o fator humano é uma grande fonte de causa de riscos e, portanto, busca tratá-los da melhor forma, que certamente não é a busca por culpados, mas sim a busca por entregas. Uma chefia autoritária e sem apatia em relação aos recursos humanos representa um alto risco para a organização, uma vez que pode fazer com que os colaboradores fiquem desmotivados, trabalhem com um volume de demandas desproporcional à sua capacidade, desempenhem funções para as quais não foi capacitado ou não tem aptidão etc.

3-É correto uma área operacional de um órgão público definir uma política de gestão de riscos para melhorar o negócio, sem o apoio da alta administração? O que pode acontecer neste caso?

Rodrigo: Não é o ideal. É preciso que seja estabelecida uma estratégia organizacional pela alta administração pública, ou seja, metas claras e objetivos a serem cumpridos, para que todos os esforços das diferentes áreas sejam concentrados em prol de um objetivo em comum. Sem a definição de metas claras, surge a assimetria de

informações entre os órgãos ou setores.

4-Como a administração pública pode implantar Indicadores de Gestão de Riscos (KRIs)? Isso é necessário para organizações que estão iniciando o processo de GR?

Rodrigo: Através de indicadores chave de risco podemos manejar e eventualmente estruturar os riscos. Esses indicadores nos permitem mapear os riscos e conduzir a gestão de riscos de forma mais eficiente, pois fornecem informações objetivas para o futuro da gestão dos negócios. A administração pública pode implementar um KRI que indique, por exemplo, o índice de rotatividade de pessoal num setor chave de suas atividades. Isto pode não ser necessário para organizações que estão ainda iniciando o processo de implantação de gestão de riscos desde que estejam presentes outras técnicas de identificação de riscos, tais como registro de riscos, entrevista com especialistas, analogia, bow tie, brainstorming, técnica de grupo nominal, slip de Crawford etc.

5-Como você observa a Gestão de Riscos na integração com o planejamento estratégico da organização?

Rodrigo: À gestão de riscos é imprescindível o planejamento estratégico da organização, pois é necessário estabelecer primeiro quais são os meus objetivos para, então, identificar quais são os riscos que podem prejudicar o seu atingimento, o que denota a importância da integração de processos em relação ao desenvolvimento de políticas e ao próprio planejamento estratégico da gestão de riscos.

6-Existem ferramentas de gestão de riscos que podem ajudar os gestores?

Rodrigo: Existem diversas técnicas que podem ser utilizadas pelos gestores para a identificação de riscos, tais como: registro de riscos, entrevista com especialistas, bow tie, brainstorming, técnica de grupo nominal, slip de Crawford etc. Além das técnicas de identificação de riscos, há outras ferramentas que podem auxiliar o gestor, tal como a matriz de risco impacto vs. vulnerabilidade, o que permitirá a elaboração de um diagrama de cálculo no qual é possível mapear os riscos que merecem tratamento prioritário.



7-Quem não aceita a perda ou não se dá bem com ela, pode ter dificuldade de encarar uma Gestão de Riscos?

Rodrigo: Sim, pois uma organização está exposta a uma grande quantidade de riscos e, tendo em vista que nenhuma organização dispõe de recursos infinitos (recursos financeiros, humanos, tempo etc) para tratar de todas as fontes de riscos, é através da gestão de riscos que eles serão escolhidos e priorizados, pois é preciso concentrar os recursos para lidarmos com os riscos que podem impactar mais o objetivo.

8-Um órgão com muita hierarquia. Muitas camadas de decisão. Vários comitês. Processos não definidos. Uma implantação da GR neste contexto é positiva?

Rodrigo: A implantação de gestão de riscos neste cenário não só é positiva, mas é necessária. Em organizações com organogramas muito complexos e com a ausência de fluxogramas que delimitem bem os processos e as responsabilidades de cada colaborador em cada uma das etapas pode enfrentar problemas como: falta de clareza quanto às funções e responsabilidades, deficiência nos fluxos de informação e comunicação, centralização de responsabilidades, delegações exorbitantes, ausência de segregação de funções etc.

O único cuidado é permitir que a GR não trave o processo e as decisões sejam tomadas, em tempo, pela alta administração.

9-Gestão de Riscos deve estar nos processos, ou na forma que as pessoas abordam os problemas? Ou uma mistura disso?

Rodrigo: A gestão de riscos é eminentemente a decisão sobre um evento, pois quanto mais analítica for a sua decisão, quanto mais pautada em regras de probabilidade e de boa conduta, menor será o risco de um evento impactar negativamente o meu objetivo. Além de estar presente no momento da tomada de decisão, a gestão de riscos permeia também os processos, uma vez que estes devem ser estabelecidos de forma que seja minimizada a probabilidade de ocorrência de um evento de risco.

10- É possível fazer gestão pública sem gestão de riscos?

Rodrigo: Não. Gestão de riscos é a atividade de planejamento estratégico das ações do Poder Público, e há uma estreita relação entre planejamento e Estado Republicano Democrático do ponto de vista da teoria da legitimação e da responsabilidade. O gestor público que prescinde do planejamento tende a se tornar arbitrário, pois sua tomada de decisões será sempre casuística, e ineficiente, porque não será capaz de buscar os objetivos almejados (se eles tiverem sido definidos) de forma racional e eficaz.

RODRIGO PIRONTI

- Pós-Doutor pela Universidad Complutense de Madrid;

- Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Pós-graduado em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar Filho.
- Professor convidado da Universidade de La Plata – ARGENTINA.
- Professor convidado da Universidade de San Nicolas de Hidalgo – MÉXICO.
- Professor convidado da Escola de Gestão Pública Gallega – ESPANHA.
- Professor convidado do “Centro Studi Giuridici Latinoamericani” – ITÁLIA.
- Autor de várias obras.
- Sócio da banca Pironti Advogados
- Criador da Plataforma de capacitação de gestores públicos JOGOGOV (Gestão de Riscos/Instrução Normativa conjunta 1 CGU/MP, Governança, Liderança, Estratégia, Licitações e Contratos), juntamente com prof. MSc Antonio Netto e Dawison Barcelos.
- www.pirontiadvogados.com.br e www.jogogov.com.br

ANTONIO NETTO

- Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB), na temática de Gestão de Riscos nas Contratações Públicas (doutorado em andamento).
- Pós - graduado em Governança de Tecnologia da Informação.
- Consultor, Palestrante, Parecerista e autor de artigos da temática de contratações de bens e serviços e Contratos Administrativos.
- Autor da obra: Contratações de Tecnologia da Informação: O Jogo, com o professor Cristiano Heckert.
- Criador do Jogo de Contratações (Instrução Normativa 4 STI/MP e Instrução Normativa 5 SEGES/MP) e da plataforma de capacitação de gestores públicos JOGOGOV (Gestão de Riscos/Instrução Normativa conjunta 1 CGU/MP, Governança, Liderança, Estratégia, Licitações e Contratos), juntamente com prof. PhD. Rodrigo Pironti e Dawison Barcelos.
- Servidor requisitado na Presidência da República da área de Tecnologia da Informação.
- Professor na ENAP, Negócios Públicos, IBGP, ABOP, dentre outras.
- Consultor no Instituto Protege.
- Coach pelo Neuroleadership Institute e formação em gamification pela Pennsylvania University (EUA).
- Certificações: COBIT 5 e ITILF. Antes de ingressar no serviço público, atuou no mercado privado pela Xerox e GVT.
- www.jogodecontratacoes.com.br e www.jogogov.com.br



◀ Entrevista sobre as licitações na Itália com o professor Henrique Savonitti

Entrevista sobre Governança em Compras Públicas com o professor e Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes



Voltar para o início da comunidade ➡

